

Um caminho para a crise

■ Ao invés de discutir o controle dos dispositivos bélicos e de informação, os constituintes estão colocando esses pólos de poder à margem de processo político.

André Gustavo Stumpf

Na última quinta-feira, a Assembléia Nacional Constituinte venceu uma importante etapa: esgotou-se, naquele dia, o prazo para que o relator recebesse as chamadas emendas de mérito — que modificam o conteúdo do texto constitucional. A partir de agora, a Comissão de Sistematização dará início ao trabalho de organizar as propostas e a redigir o texto que no final deste mês começará a ser debatido em plenário. Sem risco de erro, é possível afirmar que a verdadeira Constituinte está começando em agosto de 1987.

Ao longo das muitas e talvez até desnecessárias etapas, os constituintes promoveram debates intermináveis e escreveram quilômetros de papel na forma de emendas e projetos. Foram 24 subcomissões, oito comissões temáticas, agora a comissão de sistematização e depois o plenário. Algumas discussões foram rigorosamente estérteis, porque não produziram efeito algum. Outras, tiveram por objetivo, apenas, desviar a atenção do respeitável público e de alguns constituintes de seu real objetivo. A questão dos militares está enquadrada na segunda categoria.

Vale dizer que há na Constituinte um serviço de computação, denominado Prodasen (Processamento de Dados do Senado Federal) magnificamente bem equipado. Qualquer pessoa pode fazer uma consulta que terá a resposta em minutos. Na semana passada, procurei informações sobre um tema que incendiou os debates no início da Assembléia Nacional Constituinte: qual é a função constitucional dos militares? Descobri que naquelas diversas fases da assembléia foram apresentados mais de cinco mil documentos dispondo genericamente sobre o tema. 640 emendas tratam de assuntos militares e o total deste trabalho resulta num livro de 648 páginas impresso por computador — desprezando-se o que, neste momento, está em processo de análise pela Comissão de Sistematização. Os números são impressionantes, mas também é impressionante a dispersão de esforços e a confusão de objetivos verificados através da simples comparação das emendas. Não há, dentre elas, uma única que coloque as Forças Armadas sob qualquer tipo de controle do Congresso Nacional. Ao contrário, deputados e senadores mostraram, até agora, maior preocupação em definir a função específica das Forças Armadas — defender a integridade do território de qualquer ameaça externa — do que decidir sobre quem controla este aparato bélico brasileiro. O mesmo fenômeno ocorre em relação ao Serviço Nacional de Informações. Quem for ao computador do Prodasen vai descobrir que somente três emendas tratam do serviço secreto brasileiro. Todas são do mesmo autor, deputado Uldurico Pinto, PMDB-BA, que insiste em substituir a Escola Superior de Guerra pela Escola Superior de Defesa da Paz, do meio ambiente e dos direitos humanos. O SNI passa a ser incorporado a essa escola. A emenda foi apresentada e rejeitada nas três fases da constituinte.

Além do eficaz lobby desenvolvido pelos assessores parlamentares do ministro do Exército, não há uma explicação razoável para este comportamento dos constituintes brasileiro. Em todas as democracias do ociden-

te, os governos dispõem de Forças Armadas — geralmente reunidas sob um Ministério da Defesa — e o Congresso tem absoluto controle sobre as ações de seus oficiais-generais. Além disto, o serviço secreto é tão secreto que dele não se tem notícia. Na Inglaterra, por exemplo, os dois serviços secretos, MI-5 e MI-6 (um funciona para fora e outro para dentro do país) são instalados em local desconhecido e não se sabe quem é o titular daquelas funções. A Central Intelligence Agency — CIA — é controladíssima pelo Congresso dos Estados Unidos, a ponto de questionar seus integrantes sobre ações polêmicas. Um bom exemplo disto é a controvertida venda de armas ao Irã e desvio do dinheiro para os contra da Nicarágua. O Congresso exigiu e obteve todos os esclarecimentos sobre a matéria.

No Brasil, o serviço secreto não conhece limitações legais e seu chefe é um ministro de estado com endereço e telefone conhecidos. E, além disso, um ativo participante da política. O ministro-chefe do SNI despacha diariamente com o presidente da República, tendo seu nome na agenda distribuída diariamente aos jornais. Não é difícil perceber que, aqui, o serviço não é tão secreto assim e que o presidente da República, formalmente, utiliza as notícias que lhe chegam por aquele canal de informações, situação que em qualquer país organizado configuraria um informe extremamente secreto. No entanto, o governo brasileiro carece de informações qualificadas sobre os principais temas em debate no mundo. No episódio da guerra das Malvinas, em 1982, o presidente brasileiro veio a saber do ocorrido através dos jornais. Na Argentina, o presidente Alfonsín nomeou um civil para chefiar seu serviço secreto.

A organização institucional das Forças Armadas,



segundo o figurino traçado pelas emendas apresentadas na constituinte, cria um sistema de poder à parte dentro do governo brasileiro. Entre o poder político e o poder militar, o único elo de ligação é a discussão do orçamento da União, examinado pelo Congresso Nacional inclusive nos seus aspectos militares. Com o SNI, nem isso. Ninguém sabe quantos funcionários tem este serviço, o que faz e quais são os seus serviços em defesa dos interesses nacionais. Durante a discussão das contas nacionais, senadores e oficiais-generais têm o que discutir. Depois, cada um retorna a seu refúgio, no quartel ou no Congresso, para continuar a curtir as antigas e tradicionais desconfianças do outro.

As emendas apresentadas pelos constituintes, que na sua maioria tratam da justiça militar, da anistia de militares, apontam em boa parte para um outro fenômeno: quase todos colocam as polícias militar e civil, e o corpo de bombeiros, como auxiliares das Forças Armadas. Algumas emendas criam forças públicas municipais também tributárias do Exército. O exemplo das democracias ocidentais não prevaleceu na constituinte brasileira, aliás, nem mesmo o dos países recém-democratizados. Na Espanha, os constituintes criaram um complexo sistema de controle das polícias militares, que são ligadas diretamente ao Ministério do Interior, mas só podem ser utilizadas com autorização do ministro da Justiça. Aqui são controladas pelo inspetor geral das polícias militares, um cargo privativo de oficiais-generais.

A integração dos militares à vida civil é uma necessidade dos estados modernos. A democracia norte-americana jamais conheceu a perspectiva de golpe militar entre outras razões, porque os seus generais são obrigados a contatos periódicos e profissionais com o congresso daquele país. A Espanha do período pós-Franco tem enfrentado difíceis situações com o terrorismo basco porque militares e civis sabem que estão fazendo o melhor possível para livrar o país daquela enfermidade. A integração de militares e civis e o controle sobre os órgãos de informação é uma característica de países como Inglaterra, França, Itália, Espanha, Estados Unidos e agora Argentina e até o Uruguai — onde, aliás, os militares se retiraram de todos os postos públicos e retornaram aos quartéis. A convivência harmônica e profissional de políticos com militares é um dado essencial da modernização de uma sociedade.

Mas, a julgar pelas emendas que chegaram à comissão de sistematização e pelos anteprojatos elaborados por parlamentares de diversos partidos, a nova constituinte brasileira não caminha para decidir quem controla o aparato militar, nem para definir os limites de atuação do serviço secreto. Ao contrário, vez por outra, aparece alguma voz radical querendo extinguir o SNI ou adicionando artigos que proíbem o golpe de estado no Brasil. Essa pitada de ingenuidade não modifica o cenário, neste aspecto, até agora desolador. Ao invés de discutir sobre quem e como devem ser controlados os dispositivos bélicos e de informação disponíveis no país, os constituintes estão colocando esses pólos de poder à margem do processo político e, por força de seu isolamento, lhes atribuindo maior capacidade de influência. Ou seja, estão pavimentando hoje, com pompa e circunstância, o caminho para a crise institucional de amanhã.